



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025
(Do Senhor Filipe Barros)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o Presidente do Banco Central com o objetivo de esclarecer os desdobramentos institucionais do ataque cibernético ocorrido contra a empresa C&M Software e seus efeitos sobre o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o sistema PIX e a segurança estratégica das infraestruturas críticas do setor financeiro nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requer-se a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) com a presença do Senhor Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil, com o objetivo de esclarecer os desdobramentos institucionais do ataque cibernético ocorrido contra a empresa C&M Software e seus efeitos sobre o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o sistema PIX e a segurança estratégica das infraestruturas críticas do setor financeiro nacional.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), no exercício de suas competências constitucionais e regimentais, previstas no artigo 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é responsável por tratar de temas que envolvam a soberania nacional, a defesa do território e a segurança das infraestruturas críticas, inclusive sob a perspectiva cibernética.

O episódio em questão envolveu uma ofensiva cibernética contra uma empresa privada de tecnologia que opera como ponto nodal entre instituições financeiras e o Banco Central do





Brasil. O ataque comprometeu a conectividade de diversos bancos com o sistema PIX, gerando instabilidade operacional, possíveis perdas financeiras e interrupções significativas na prestação de serviços essenciais à população.

Dada a função estratégica exercida por essa estrutura — ainda que formalmente privada — e considerando o potencial transnacional do ataque, impõe-se a avaliação do incidente sob o prisma da segurança nacional, com ênfase na soberania digital e na integridade das infraestruturas que sustentam o funcionamento do sistema financeiro.

É necessário compreender:

- I. Quais medidas foram adotadas pelo Banco Central para contenção dos efeitos do ataque e para garantir a continuidade operacional do sistema;
- II. Se existem mecanismos de articulação institucional entre o Banco Central, o Ministério da Defesa, a ABIN e o GSI para respostas conjuntas a ameaças cibernéticas de natureza sistêmica;
- III. Quais são os critérios utilizados pelo Banco Central para classificar, supervisionar e exigir padrões de cibersegurança de empresas que operam em funções críticas da cadeia financeira nacional;
- IV. Se há indícios técnicos de que o ataque tenha sido conduzido a partir do exterior ou com apoio de estruturas estrangeiras, o que caracterizaria um risco de natureza geopolítica;
- V. Qual é a avaliação institucional do Banco Central quanto à necessidade de revisão normativa sobre a proteção das infraestruturas críticas financeiras, considerando a crescente vulnerabilidade a ameaças híbridas.

A presença do Senhor Presidente do Banco Central à CREDN se justifica pelo evidente nexo entre os fatos ocorridos e os temas de interesse estratégico nacional. A audiência permitirá a devida fiscalização parlamentar e poderá subsidiar iniciativas legislativas voltadas ao fortalecimento da segurança cibernética, da soberania financeira e da proteção das estruturas fundamentais do Estado.





Diante do exposto, requer-se a aprovação da presente proposição e o agendamento da audiência pública com o Senhor Gabriel Galípolo, em data a ser definida.

Sala da Comissão, em de julho de 2025.

Deputado Filipe Barros
PL/PR

